



GT 55. Laudos Antropológicos, Direitos Socioculturais & Políticas para Diversidade

Coordenador(es):

Sérgio Góes Telles Brissac (MPF)

Jane Felipe Beltrão (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Sessão 1

Debatedor/a: Felipe de Moura Palha e Silva (Procurador da República - MPF/PA)

Sessão 2

Debatedor/a: Patrícia Alves Melo (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Sessão 3

Roger Raupp Rios (Desembargador Federal - TRF 4/RS)

No contexto atual de graves ameaças à efetivação de direitos socioculturais de povos indígenas, coletivos quilombolas e demais comunidades tradicionais, a elaboração de laudos antropológicos reveste-se de relevância ética e política ímpar. No GT, antropólogas e antropólogos são convidadas/os a apresentar laudos “emblemáticos”, a critério da/o interessada/o, que tenham sido: (1) acatados ou não em juízo; (2) escritos em contextos conflituosos no qual, segundo entendimentos equivocados, seria vedada sua apresentação, caso de ações de reintegração de posse em áreas retomadas por indígenas; elaborados sobre as mais diversas disputas – crimes, guarda de crianças, recebimento de benefícios sociais, entre tantas outras situações. A ideia do GT é possibilitar às/aos participantes reflexão crítica e intercâmbio entre especialistas, considerando abordagens e enfoques metodológicos e políticas para diversidade.

?Qual a causa e o que fazer??: reflexões sobre os desafios de uma perícia antropológica para apurar a ocorrência inédita de enforcamentos autoprovocados entre os Madiha (Kulina) da TI Alto Purus (Acre)

Autoria: Pedro Moutinho Costa Soneghetti (MPF)

Nesta apresentação pretendo discutir as principais reflexões apontadas no Laudo Técnico Nº 09-SPPEA/MPF, de novembro de 2017, que produzi enquanto perito em antropologia do Ministério Público Federal, no bojo de um inquérito civil público instaurado pela Procuradoria da República no Acre em 2016. O laudo em questão foi solicitado para apurar as causas do elevado índice de ?suicídios? entre indígenas do povo Madiha (Kulina) da Terra Indígena Alto Rio Purus (Acre) e buscou analisar o ponto de vista Madiha sobre as tentativas e mortes por enforcamento ?autoprovocado? e tentativas por arma de fogo, ocorridas entre 2015 e 2017, inéditas entre os indígenas da região. Embora o laudo em questão não esteja vinculado a um processo judicial, nem tenha tido sua apresentação vedada, ele pode ser considerado emblemático pelo ineditismo dos fatos apurados no contexto indígena em foco, pela particularidade e complexidade do objeto, e também pela relevância do assunto no contexto político atual. Os casos relatados pelos Madiha, tanto das mortes quanto das tentativas, costumam envolver a descrição de brigas e conflitos familiares ou amorosos que provocam o sentimento de raiva ou tristeza, aliados, em grande parte dos casos, ao estado de embriaguez provocado pelo consumo de determinadas substâncias, como cachaça, álcool etílico, perfume e gasolina. No entanto, as ?mortes com corda? são vistas pelos Madiha, em última instância, como o resultado da ação de agentes



externos (ex. o ?branco?, o demônio ou o pajé) que levam a pessoa a se matar, e não propriamente como fruto de ?autoprovação intencional?, acionando o xamanismo e o cristianismo como ?códigos? a partir dos quais são interpretados fenômenos não necessariamente tradicionais no contexto indígena. Os dados etnográficos produzidos durante a perícia apontam que as ?mortes com corda? entre os Madiha estão intimamente relacionadas à dinâmica mais profunda das relações sociais e das condições de vida no Alto Purus. Assim, tal fenômeno pode ser pensado como a ?ponta do iceberg?, um indicador de vários aspectos da vida cotidiana que têm se mostrado problemáticos aos olhos dos próprios Kulina. Nesse sentido, busco refletir sobre os desafios envolvidos em analisar o que os modelos explicativos indígenas de ordem cosmológica podem indicar sobre fatores de ordem sociológica, e como sistematizar isso em um laudo pericial a partir de uma demanda que, além de solicitar respostas conclusivas sobre ?as causas que têm ocasionado o elevado índice de suicídios?, instiga o perito a avaliar ?quais são as ações, práticas e/ou políticas públicas a serem executadas pelo poder público para evitar/prevenir novos casos de suicídio?.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: